

JUSTIÇA FEDERAL DIGITAL

Ano 6 - Número 207 - Janeiro/2013

JFES É DESTAQUE NO JORNAL “A TRIBUNA” EM MATÉRIA SOBRE VIRTUALIZAÇÃO DOS PROCESSOS

O juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, diretor do foro da Seção Judiciária do Espírito Santo, concedeu entrevista na semana passada ao jornal impresso “A Tribuna”, a respeito da virtualização dos processos na Justiça Federal capixaba. Na matéria, publicada na edição de domingo do jornal, o magistrado destacou que a JFES foi a primeira no Brasil que se propôs a ser 100% digital e ressaltou ainda que o novo sistema reduziu o tempo de duração das ações em torno de 60%.

O diretor da 1ª Vara Federal de Execução Fiscal, Wladimir Aires Barbosa, também participou da entrevista e declarou que “o processo eletrônico vem ao encontro de um sonho antigo dos servidores e magistrados de dar ao processo a velocidade almejada”.



NOVO SISTEMA DE ACESSO À SEDE DA JFES JÁ ESTÁ FUNCIONANDO

Foi dado início na segunda-feira, 14, ao novo sistema de controle de acesso à sede da Justiça Federal do Espírito Santo, em Vitória.

A partir de agora, os usuários externos que entram no prédio utilizam um cartão de acesso, disponibilizado pelo Núcleo de Segurança e Transporte (NST). Já os usuários internos – servidores, estagiários e funcionários das empresas terceirizadas – utilizam o respectivo crachá, com código de barras, para liberação das catracas de controle.

Implantação tranquila



De acordo com o diretor do NST, Edilson Carlos Vidal, o primeiro dia de implantação do sistema foi tranquilo. “Apenas 25% dos crachás dos servidores não passaram pelas catracas, situação que já foi superada, com o cadastramento dos crachás na portaria”, explica.

Edilson acrescenta que, como agora o cadastro é feito, também, registrando a face do público externo, formou-se uma pequena fila no início do expediente. “Mas esta situação se normalizará, tornando-se mais célere o acesso”, garante o diretor.



COMEÇOU A COLETA SELETIVA NA SEDE DA JFES

A coleta seletiva de lixo também começou na segunda, 14, na sede da Justiça Federal do Espírito Santo.

Os resíduos da JFES passaram a ser recolhidos pelo caminhão da coleta seletiva da Prefeitura Municipal de Vitória, que destina o material a duas associações de catadores de materiais recicláveis cadastrados pela PMV: a Ascamare e Amariv.

Usuários da Justiça também podem colaborar, jogando o lixo na lixeira certa!

Proporcionar a reciclagem e o reaproveitamento de materiais é um dever de todos



VAMOS DESCARTAR CORRETAMENTE?

Fique atento

Na lixeira de lixo seco

- Plásticos, papéis, papelão, vidros
- Metais (clipes, parafusos, grampos)
- Embalagens "pet" ou "longa vida" secas e limpas
- Embalagens isopor sem restos de comida
- Papel alumínio sem restos de comida
- Embalagens de bala e/ou biscoito vazias

Na lixeira de lixo úmido

- Materiais orgânicos, restos de comida
- Embalagens contendo restos de comida
- Cascas de frutas e verduras
- Borrás de café e chá
- Cigarros
- Papel higiênico e papel toalha descartados
- Todo lixo de banheiro

XIV concurso para juiz federal substituto da 2ª Região: divulgado gabarito preliminar do modelo padrão da prova objetiva seletiva*

O presidente da Comissão Organizadora e Examinadora do XIV Concurso para Juiz Federal Substituto da 2ª Região, desembargador federal Guilherme Couto de Castro, assinou no dia 14 de janeiro o Edital nº TRF2-EDT-2013/00002, que divulga o gabarito preliminar do modelo padrão da prova objetiva seletiva e comunica a disponibilização, no endereço eletrônico do Centro de Seleção e de Promoção de Eventos da Universidade de Brasília (CESPE/UnB), do modelo padrão da prova objetiva seletiva.

As informações podem ser consultadas no link http://www.cespe.unb.br/concursos/trf2_12_juiz.

*Assessoria de Comunicação Social do TRF2



TRF2 LIMITA BLOQUEIO DE ATIVOS DA CONSTRUTORA DA VILA DO PAN EM R\$ 5,5 MILHÕES*



O desembargador federal José Antonio Lisboa Neiva, da Oitava Turma Especializada do TRF2, decidiu que devem permanecer indisponíveis os bens da Pan 2007 Empreendimentos Imobiliários S/A, até o limite de pouco mais de 5,5 milhões de reais. O valor corresponde ao dano que a empresa teria causado aos cofres públicos, segundo apuração do Tribunal de Contas da União. A ordem do TRF2 foi proferida em agravo de instrumento apresentado pela construtora dos prédios da Vila Pan-Americana, na Barra da Tijuca, contra o bloqueio dos bens determinado pela Justiça Federal do Rio de Janeiro.

Em ação civil pública ajuizada na primeira instância em 2011, o Ministério Público Federal acusa a empresa de improbidade administrativa, nos termos da Lei 8.429, de 1992. Segundo a denúncia, a Pan 2007 Empreendimentos Imobiliários S/A, que pertence à Agenco Engenharia S/A, teria firmado um contrato superfaturado com o Ministério dos Esportes e o Comitê Organizador do evento, para a concessão de direito real de uso das instalações destinadas aos atletas. De acordo com o contrato, o uso dos imóveis pelo período de dez meses custou ao erário 25 milhões de reais.

A Justiça Federal de primeiro grau decretou a indisponibilidade dos ativos financeiros da empresa até o limite do dano

ao patrimônio público apontado pelo TCU e, ainda, determinou o bloqueio irrestrito dos imóveis e veículos em seu nome. Mas o relator do processo no TRF2, citando jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), entendeu que "a indisponibilidade deve recair sobre tantos bens quantos forem suficientes a assegurar as consequências financeiras da suposta improbidade".

No entanto, José Antonio Lisbôa Neiva ressaltou, em seu voto, que o bloqueio do dinheiro da construtora é necessário, em razão da "possibilidade de os requeridos virem a dilapidar seu patrimônio, frustrando, assim, a pretensão de ressarcimento ao erário". Proc. 2012.02.01.012930-1

*Assessoria de Comunicação Social do TRF2

CURSO FORMA AGENTES MULTIPLICADORES DO PJE NA JUSTIÇA FEDERAL*

Teve início na segunda-feira, 14/1, o primeiro curso do processo judicial eletrônico (PJE) voltado para servidores das áreas jurídica e de tecnologia da informação. o treinamento é fruto de uma parceria do conselho da Justiça Federal (CJF) com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e tem como objetivo formar agentes multiplicadores que possam implantar e dar suporte ao sistema em toda a Justiça Federal. o treinamento aconteceu até sexta-feira, 18/1, no edifício-sede do cjf, e contou com a participação de 26 servidores do CJF e dos tribunais regionais federais das cinco regiões, indicados por seus respectivos presidentes.

Para o instrutor do treinamento, juiz federal Paulo Cristóvão Filho, no momento ocupando o cargo de juiz auxiliar do CNJ, a iniciativa prepara os servidores para que, posteriormente, possam ser multiplicadores, ajudando a implantar o PJE nos TRFs e ainda treinar o usuário final, que irá utilizar o sistema no dia a dia. "damos o suporte técnico para a instalação do PJE mas, como temos uma equipe reduzida, os TRFs precisam ter suas próprias equipes técnicas para trabalhar na configuração e manutenção do sistema", explica o juiz.

De acordo com o magistrado, o sistema é capaz de ajustar-se às peculiaridades de cada tribunal e traz mudanças significativas na gestão dos tribunais. "Com o PJE, cada tribunal pode adaptar o fluxo de trabalho às suas peculiaridades, com necessidade mínima de intervenção da área de desenvolvimento, o que possibilita grande flexibilidade", disse.



Comitê gestor

O CJF instituiu, em agosto do ano passado, a resolução 202, que estabelece o uso do PJE no âmbito da Justiça Federal, levando em conta as especificidades dos sistemas e da infraestrutura de tecnologia existentes em cada tribunal regional federal e criou o comitê gestor do PJE na justiça federal, que conta com apoio técnico das áreas de negócio e de tecnologia da informação do CJF e dos cinco TRFs.

O comitê, instituído pela portaria 427/2012, assinada pelo corregedor-geral da justiça federal, ministro João Otávio de Noronha, é coordenado pelo juiz federal Paulo Sérgio Domingues, da Seção Judiciária de São Paulo, e composto pelo desembargador federal Kássio Nunes Marques, do TRF da 1ª Região, a juíza federal Helena Elias Pinto, da 2ª Região, a juíza federal Marisa Claudia Gonçalves Cucio, da 3ª Região, o juiz federal Sérgio Renato Tejada Garcia, da 4ª Região, e o juiz federal Emiliano Zapata de Miranda Leitão, da 5ª Região. O secretário de desenvolvimento institucional do CJF, conforme a portaria, exerce a secretaria executiva do comitê e será responsável pelo gerenciamento do projeto.

*Assessoria de Comunicação Social do CJF

PRAZOS PROCESSUAIS DA TNU VOLTAM A CORRER*

A Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU) informa que os seus prazos processuais voltaram a correr normalmente a partir do dia 16/01/2013. Em razão de problemas técnicos em seu sistema online de consulta processual e jurisprudencial, os prazos processuais ficaram suspensos entre os dias 11 e 15/01/2013.



*Assessoria de Comunicação Social do CJF